



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

**RELATÓRIO E PARECER**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
REGIONAL N.º 22/XII – “MEDIDA DE  
APOIO AO REFORÇO DOS INCENTIVOS À  
CONTRATAÇÃO DE JOVENS”**

**Santa Maria, 29 de junho de 2021**



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

#### **INTRODUÇÃO**

A Comissão Permanente de Política Geral procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer sobre o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – “Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens”**.

O mencionado Projeto de Decreto Legislativo Regional, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 16 de março de 2021, tendo sido enviado, no mesmo dia, à Comissão Especializada Permanente de Política Geral, por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa.

#### **CAPÍTULO I**

##### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A apresentação do presente Projeto de Decreto Legislativo Regional, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto e 2/2009, de 12 de janeiro, em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro).

A iniciativa legislativa em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento.

O debate em plenário das iniciativas é precedido da apreciação pelas comissões especializadas permanentes, cabendo-lhes elaborar os correspondentes relatórios, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º e n.º 1 do artigo 123.º, ambos do referido Regimento da Assembleia Legislativa

Nos termos do artigo 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, a matéria em apreço – “*Trabalho*” é competência da Comissão Especializada Permanente de Política Geral.

**CAPÍTULO II**

**APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE**

O presente Projeto de Decreto Legislativo Regional visa, conforme plasmado no seu artigo 1.º, criar uma medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens, que consiste na concessão, à entidade empregadora, de uma majoração, excecional e temporária, dos incentivos à contratação em vigor para jovens contratados ao abrigo dos Programas “INTEGRA”, “PIIE” e “Estabilidade Laboral Permanente – ELP”, em resposta aos efeitos resultantes da pandemia COVID-19. O número 2 do referido artigo determina ainda que a medida de apoio referida aplica-se às candidaturas apresentadas após a publicação deste diploma.

Na sua exposição de motivos, o proponente refere que “A crise económica e social provocada pela pandemia da Covid-19 veio abalar, mais uma vez, o início de uma carreira profissional das gerações mais jovens, acentuando até a sua já difícil emancipação. Uma crise inesperada que só está a agravar as desigualdades, alterar profundamente as perspetivas laborais sobretudo dos grupos de trabalhadores mais vulneráveis, fazendo parte desses grupos em particular os jovens.

Agora, num contexto em que se antecipa que o desemprego jovem retome valores históricos, torna-se evidente que novas respostas económicas e sociais têm de ser prestadas para atenuar os efeitos do cenário macroeconómico regional e da queda da atividade económica no plano da empregabilidade.

Não sendo a Região alheia a este fenómeno, as políticas ativas de emprego constituem instrumentos poderosos de apoio à manutenção dos postos de trabalho e criação de emprego, assente na maior focalização desses instrumentos como mecanismo que possa fomentar as empresas açorianas a celebrar contratos de trabalho mais estáveis.

Partindo da experiência positiva obtida nas medidas de apoio à contratação já implementadas, como o INTEGRA”, “Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T - PIIE” e “Estabilidade Laboral Permanente – ELP”, cumpre construir respostas



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

excecionais e temporárias que hoje permitem definir um quadro de intervenções que garantam o incentivo e promoção da empregabilidade, através de incentivos reforçados para estimular a contratação dos públicos jovens num contexto socioeconómico em que será necessário um excepcional apoio à retoma progressiva da atividade económica.

Deste quadro de medidas de apoio à contratação resultam linhas de ação para a retoma, que têm a ver com o fomento e o apoio à criação de novos postos de trabalho, com o incentivo à integração dos jovens no mercado de trabalho e com a sua preservação e estabilização no mercado de trabalho somando o incentivo a vínculos laborais mais estáveis.

Daqui, também, resultam linhas essenciais para o reforço das políticas de apoio ao emprego e à economia com vista a promover a melhoria e qualidade do emprego, de forma a assegurar que os apoios chegam a mais pessoas e garantam um aumento do apoio financeiro muito importante quer para os trabalhadores jovens, quer para as empresas açorianas sobretudo no contexto atual”.

### **CAPÍTULO III**

#### **DILIGÊNCIAS**

Por solicitação da Comissão, o proponente procedeu à apresentação da iniciativa, em reunião ocorrida a 30 de abril de 2021.

Na mesma reunião, a Comissão deliberou por unanimidade, ouvir em audição, por videoconferência ou com recurso a outros meios telemáticos, o Secretário Regional com competência na matéria, designadamente o Senhor Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, bem como, o Senhor Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, o Representante da CGTP-IN Açores e o Representante da UGT/Açores.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

**CAPÍTULO IV**  
**AUDIÇÕES**

**Da apresentação da iniciativa pelo proponente:**

O Deputado Vílson Gomes (PS) iniciou a sua intervenção fazendo referência ao facto de esta ser uma iniciativa que visa apoiar o emprego jovem através do apoio aos incentivos à fixação de jovens. A medida em questão traduz-se num aumento de 30% por cada posto de trabalho a conceder às entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho com jovens desempregados abaixo dos 35 anos e jovens inativos. O programa PIIE passará a ter o limite máximo de apoio de 7.020€, o que corresponde a mais 1.620€ por cada trabalhador. Relativamente à "Estabilidade Laboral Permanente – ELP", prevê um apoio único de 6.318€, ou seja, mais 1.998€ por cada trabalhador, nos casos de contratos de trabalho a termo que sejam convertidos em contratos de trabalho sem termo. Ainda relativamente à "Estabilidade Laboral Permanente – ELP", o Partido Socialista propõe que sejam dos mais 3.600€ por cada novo trabalhador, cujo contrato seja celebrado sem termo, sendo que nestes casos o montante inicial a atribuir à entidade empregadora será de 60% do montante total, entregue à data da aprovação da candidatura.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) interveio para questionar se não se estará a distorcer o mercado de trabalho ao criar um número elevado de medidas de apoio. Ainda que os apoios ao emprego jovem sejam importantes, atualmente os jovens ingressam nos diferentes programas de apoio, na sua maioria sem proteção social, sendo que, quando deixam de fazer parte dos programas, já não são jovens e, portanto, já não beneficiam destes apoios enfrentando nessa altura a situação de desemprego.

O Deputado Vílson Gomes esclareceu que se tratam, apenas, de incentivos à contratação, sendo que está em causa um instrumento público que permite às empresas não só contratarem novos postos de trabalho ou converter os seus vínculos laborais em vínculos laborais mais estáveis, pelo que, não se trata de prolongar a incerteza no mercado laboral destes trabalhadores. O Deputado Vílson Gomes referiu que se vivem tempos de profunda complexidade pela incerteza do que poderão trazer os próximos tempos, pelo que se pretende aumentar o rendimento não só para os trabalhadores, mas também, para as empresas que já estão há mais de um ano com



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

uma quebra de rendimentos devido à Pandemia. O Partido Socialista entende que este Projeto de DLR não vem, de forma alguma, criar instabilidade laboral, vem antes incentivar a contratação, criando vínculos de trabalho mais estáveis.

O Deputado Carlos Furtado (CH) interveio para referir que o CHEGA concorda com o espírito de iniciativa, contudo, reconhece que esta proposta estará, de certa forma, a criar uma concorrência desleal entre as empresas que já operam no mercado e que têm os seus funcionários no quadro laboral fixo e as novas empresas que pretendam fixar novos quadros. O Deputado Carlos Furtado questionou se foram acautelados, também, os interesses dessas empresas que já operam no mercado e que já têm os seus quadros formados.

O Deputado Vílson Gomes referiu que os quadros de apoio já existem e que este projeto pretende, portanto, reforçar estes quadros, por forma a criar um cenário estável no tecido económico e empresarial, com o intuito de responder eficazmente às necessidades de empregabilidade jovem na Região.

#### **Da audição ao Representante da CGTP-IN Açores, Senhor João Decq Mota, ocorrida a 31 de maio de 2021:**

O Senhor João Decq Mota iniciou a sua intervenção referindo que a CGTP-IN Açores concorda com a maioria das medidas previstas. Além de melhorar os apoios é fundamental que exista uma fiscalização rigorosa e intensiva, pelo menos uma vez por ano, para garantir o cumprimento do disposto no contrato das funções a desempenhar pelo estagiário. Considerando que esta é uma necessidade manifestada por todos os jovens, é necessário repensar o atual sistema dotando-o de meios e ferramentas para colmatar as principais queixas dos jovens, nomeadamente, o pagamento não ser feito num dia fixo, o prazo das candidaturas as empresas e o constante saltar de programa em programa sem receber subsídio de férias ou de Natal. O Senhor João Decq Mota referiu que estes programas são úteis e significativos, pelo que, compete à Assembleia garantir uma atenção especial no sentido do seu aperfeiçoamento e na garantia da continuação dos seus bons resultados. Não deverá nunca ser esquecido o objetivo principal que é a integração profissional dos estagiários, pelo que é necessário criar condições para que as empresas absorvam os nossos jovens promovendo, portanto, a empregabilidade. Na realidade, a aplicação dos programas tem mostrado que,



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

infelizmente, esta integração nem sempre acontece, sendo que os promotores recebem sucessivamente estagiários para exatamente as mesmas funções acabando por nunca assumir a sua efetiva contratação. Esta é uma subversão do espírito dos programas que deve ser combatida, razão pela qual devem ser introduzidas modificações nos programas de estágios, modificações estas que reúnem largo consenso entre os jovens e as suas organizações. De acordo com os dados do desemprego na Região, em abril, existiam 7.072 desempregados e 8.064 em programas, num total de 15.100 pessoas fora do mercado laboral regular. Na região há 121 mil pessoas ativas, pelo que 12,40% estão desempregados e destes, 21% são jovens. A precariedade do emprego é uma realidade para mais de 22 mil trabalhadores assalariados e afeta cerca de 23% do emprego assalariado na região atingindo, sem dúvida, os mais jovens.

O Deputado Flávio Soares (PSD) referiu que o PSD concorda com a maioria dos considerandos abordados pelo Representante da CGTP-IN Açores na sua intervenção inicial, referindo, também que o atual Governo Regional tem vindo a reformular estes programas de emprego. Informou, também, que o Governo anunciou que serão aplicados mais de 20 milhões de euros com o emprego jovem. O Deputado Flávio Soares questionou se considera que as medidas que o Governo Regional tem apresentado recentemente serão uma mais-valia para colmatar as dificuldades sentidas pelos jovens, garantindo as respostas económicas necessárias.

O Senhor João Decq Mota considerou que todas as medidas que visem melhorar os programas de estágios são importantes, pelo que a CGTP-IN Açores estará de acordo com elas. Voltou a referir a importância da fiscalização, referindo que o controlo deve ser rigoroso e intensivo, de modo que se possa garantir o cumprimento do disposto no contrato de funções a desempenhar pelos estagiários. A CGTP-IN Açores tem vindo a denunciar que os programas de estágio, bem como outros programas têm sido utilizados não para que as pessoas aprendam de facto a função ou para receberem formação, mas antes para que as pessoas ocupem aquele posto de trabalho e desempenhe a função como como um profissional. Estes programas garantem menos custos para as empresas.

O Deputado Flávio Soares referiu que o PSD, em janeiro de 2020, apresentou um projeto de resolução que, entre outras medidas, defendia um reforço da fiscalização nestes programas, pelo que o PSD concorda com a necessidade e pertinência de se controlar de forma rigorosa o cumprimento do disposto no contrato de funções a



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

desempenhar pelos estagiários. Questionou, também, se a CGTP-IN Açores considera que os programas Contratar Mais e o Contratar Estável irão colmatar as dificuldades que têm vindo a ser sentidas pelos jovens.

O Senhor João Decq Mota esclareceu que estas medidas irão, pelo menos, atenuar grande parte das principais queixas feitas pelos jovens.

#### **Da audição ao Representante da UGT/Açores, Senhor Luís Carlos Armas, ocorrida a 31 de maio de 2021:**

O Senhor Luís Carlos Armas referiu que a UGT Açores vê sempre com bons olhos a criação de incentivos para os jovens que faça com que estes possam fixar-se na Região, pelo que concordam com o Projeto de DLR apresentado pelo Partido Socialista. Informou, também, que o Governo Regional anunciou medidas de apoio à contratação, nomeadamente os programas Contratar Mais e Contratar Estável, sendo importante que esta iniciativa não colida com as medidas anunciadas. Considerou, portanto, que poderá ter de haver uma adaptação deste Projeto de DLR do PS, por forma a não colidir com os programas já anunciados e de modo a garantir melhores condições de empregabilidade para os jovens.

#### **Da audição ao Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Dr. Mário Fortuna ocorrida a 1 de junho de 2021:**

O Dr. Mário Fortuna iniciou a sua intervenção fazendo referência ao facto de a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores considerar, naturalmente, que esta é uma iniciativa meritória, na medida em que, visa melhorar as condições aos incentivos à contratação de jovens em várias circunstâncias da sua inserção no mercado de trabalho. O Governo Regional fez aprovar um novo conjunto de medidas de apoio à contratação de jovens e que altera, de acordo com a perspetiva da Câmara de Comércio, as bases em que se encerra esta proposta, sendo que a mesma parece ser focada demasiado no imediato, isto é, no curto prazo, centrando-se só no 2º semestre de 2021, aplicando-se, apenas, a novas candidaturas. Vivem-se tempos conturbados por conta da pandemia, pelo que se torna cada vez mais difícil para os jovens encontrar um emprego estável. O Dr. Mário Fortuna referiu que esta proposta poderia ter uma perspetiva a longo prazo, contudo,



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

considerou a proposta pertinente, na medida em que, visa reforçar as condições de contratação de jovens.

O Deputado Vílson Gomes (PS) iniciou a sua intervenção agradecendo os contributos dados pelo Dr. Mário Fortuna, referindo, também, a necessidade de se reforçar os incentivos à contratação de jovens e de se pensar num prazo mais longo, considerando que os atuais efeitos da pandemia irão prolongar-se no tempo.

O Deputado Flávio Soares (PSD) iniciou a sua intervenção referindo que é uma preocupação do PSD e deste Governo colmatar as dificuldades que tem vindo a ser sentidas pelos jovens, tendo o Governo Regional, inclusivamente, apresentado dois programas, o Contratar Mais e o Contratar Estável que visam, de certa forma, aumentar os apoios às contratações, colidindo, de certa forma com esta proposta do Partido Socialista que, ainda assim, não deixa de ser uma proposta pertinente. Questionou se os associados da Câmara de Comércio se reveem nas medidas anunciadas pelo Governo Regional, no que diz respeito ao Contratar Mais e Contratar Estável.

O Dr. Mário Fortuna esclareceu que as Câmaras de Comércio têm acompanhado de muito de perto todas as medidas que são direcionadas a lidar com pandemia, de forma bastante intensa e continuada tendo reivindicado sempre que as medidas fossem ajustadas de forma razoável. As Câmaras de Comércio têm desenvolvido um trabalho de acompanhamento das medidas delineadas pelo anterior Governo e pelo atual, reconhecendo que as medidas anunciadas pelo atual Governo Regional são, de certa forma, mais flexíveis, mas um pouco mais intensas o que é compreensível uma vez que se vive uma fase diferente da pandemia. Estas novas medidas que o Governo tem vindo a implementar são complexas, mas menos burocráticas, possibilitando o acesso mais simplificado a todas as empresas. Nesse sentido, as Câmaras de Comércio estão, naturalmente, satisfeitas com as alterações que têm vindo a ser propostas para as quais as Câmaras de Comércio têm dado contributos, alertando, contudo, para o facto de a situação atual ser muito difícil para os empresários. Ainda que exista um esforço das entidades públicas na manutenção dos postos de trabalho, as empresas vão registar quebras drásticas nos seus resultados, portanto, a perda de valor será muito significativa. Só no setor do Turismo perderam-se 400 milhões de euros, sendo que uma parte desse valor foi compensado com as medidas públicas, mas há uma parte que nunca irá ser compensada, pelo que esta perda recai toda sobre as empresas. É importante que continue a existir esta sinergia entre as Câmaras de Comércio, a



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

Assembleia e o Governo para que se possa delinear, em conjunto, as estratégias necessárias para que não haja um colapso, pelo menos em alguns setores da nossa economia e da nossa sociedade. O Dr. Mário Fortuna referiu que estão satisfeitos com o facto de estarem a ser ouvidos por parte dos Governos e, também, pelo facto de estes irem até aos limites das suas competências para resolverem problemas que são de todos.

#### **Da audição ao Senhor Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Dr. Duarte Freitas, ocorrida a 1 de junho de 2021:**

O Senhor Secretário Regional Duarte Freitas iniciou a sua intervenção fazendo referência, em primeiro lugar à sintonia que existe entre as preocupações apresentadas pelo grupo parlamentar do Partido Socialista nesta matéria e as preocupações também do Governo Regional, isto é, o combate à precariedade e ao desemprego jovem, pelo que se torna fundamental ajudar os jovens e os desempregados que vivem em situações de difícil resolução. Nesse sentido, o Secretário informou que o Governo Regional avançou com um programa que já estava preparado há algum tempo, mas que estava à espera do primeiro momento onde houvesse um sinal de retoma económica e social. Esta resolução vem revogar o Integra, o FILS, o ELP e PIIE que são alguns dos programas que constam do artigo segundo desta proposta do PS cujo objetivo seria majorar. Desta forma, esta proposta deixa de fazer sentido, na medida em que, o artigo 2º pretende majorar programas que já foram revogados. O Governo Regional, como já foi referido no debate do Plano e Orçamento, pretende combater a precariedade e o desemprego jovem, através de uma abordagem inovadora de incentivo ao aumento de salários, um incentivo forte à contratação e com majorações no que diz respeito a jovens ou desempregados, e com esta característica de dar o apoio financeiro às empresas não em função do salário mínimo regional, mas em função do salário contratado, na perspetiva de incentivar os aumentos salariais. Esta reforma inteligível dos programas, no caso da contratação, faz com que existam, apenas, dois programas, o MIT para a renovação de contratos ou para conversão de contratos a termo para contratos sem termo, atribuindo prémios, e o Contratar que substitui uma panóplia de programas e visa, essencialmente, incentivar a contratação de pessoas que estejam



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

desempregadas ou que venham de programas ocupacionais e de estágios. O Contratar possui duas vertentes uma para contratos sem termo através de um incentivo que pode chegar a cerca de 25 mil euros por posto de trabalho, incluindo as majorações. No Contratar pretende-se trazer as pessoas de programas ocupacionais e estágios para o mercado laboral efetivo, dando-lhes condições para evitar a precariedade que os programas ocupacionais e os estágios representam. De acordo com o Senhor Secretário este programa é, claramente, um dos elementos desta nova geração de programas de emprego. O Governo Regional também já anunciou o programa Prosa Qualifica, que irá introduzir módulos de formação para as pessoas que estão no programa ocupacional, de modo que quando saírem deste programa tenham mais ferramentas que favoreçam a empregabilidade.

O Deputado Vílson Gomes agradeceu as referências ao Partido Socialista, nomeadamente que o Governo partilha as preocupações que levaram o PS a apresentar esta iniciativa. É necessário intensificar as medidas de apoio direcionadas para o público mais jovem, de modo que possam ter capacidade para entrar no mercado de trabalho, criando incentivos reforçados à contratação, no sentido de deixar para trás outros formatos de contratos laborais menos estáveis. O Partido Socialista entende que estas são medidas essenciais, não só como veículo para a retoma económica que se prevê a breve trecho, mas também para desenvolver as políticas de emprego para o futuro próximo. As medidas atuais são inspiradas nas medidas anteriores reforçando em certa medida e reajustando à realidade vivida atualmente. De acordo com o Deputado Vílson Gomes a majoração é um princípio fundamental tendo em conta as circunstâncias atuais, sendo que o Partido Socialista irá apresentar uma proposta de alteração mantendo o mesmo objetivo definido inicialmente, sendo que o reforço dos incentivos seja direcionado não só para os cidadãos que estão há mais tempo desempregados, mas, também, para o público jovem.

O Deputado Flávio Soares (PSD) referiu que, não é de agora que o Partido Social Democrata tem vindo a dizer é preciso uma reformulação dos programas de estágio de emprego. O PSD apresentou uma série de diplomas que focavam os aspetos e as dificuldades sentidas pelos jovens. Felizmente há uma abertura deste Governo Regional para que essa reformulação seja efetiva, tendo sido já anunciado um novo pacote de medidas. Os novos programas anunciados, de certa forma, já têm um aumento significativo do apoio vem também revogar todos aqueles programas referidos pelo



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

Partido Socialista no seu Projeto de Decreto Legislativo Regional e, portanto, cabe ao Partido Socialista realizar alguma alteração ao diploma inicial que faça com que o mesmo não colida com as medidas anunciadas pelo Governo Regional. O Deputado Flávio Soares questionou se o Senhor Secretário tem uma estimativa de quantos jovens poderão aceder aos programas Contratar Mais e Contratar Estável.

O Senhor Secretário Duarte Freitas afirmou que está orçamentado que até ao final do ano cerca de 1.700 pessoas possam aceder a estes apoios e a estes postos de trabalho apoiados pelo Contratar Mais. Informou que até 30 de julho de 2021 há 1.673 jovens que terminam os vários programas de Estagiar e Inovar, sendo que há um vasto conjunto deles que estão na relação de empresas privadas as quais têm a obrigação de contratar 50% destes jovens, razão pela qual, serão mais de 500 os jovens que poderão ser, desde logo, abrangidos por este Contratar.

O Deputado Manuel Ramos (PS) referiu que nas Ilhas de Coesão existe uma majoração para o Estagiar L, tendo questionado se o Governo Regional pretende manter esta majoração e se pretende alargar aos outros programas.

O Senhor Secretário Duarte Freitas esclareceu que, no âmbito dos programas de estágio, naturalmente, o Governo Regional irá continuar a fazer essas abordagens com modulações positivas para as Ilhas de Coesão.

O Deputado João Vasco Costa (PS) interveio para referir que este Projeto de DLR deu entrada na Assembleia a 16 de março, isto é, anterior às medidas anunciadas pelo Governo Regional. O Partido Socialista terá em conta esse facto para adaptar os destinatários deste DLR aos novos programas que foram criados, de forma a mantê-los, não esvaziando de sentido e conteúdo esta iniciativa, mantendo-a com a pertinência que a mesma tem.

O Senhor Secretário Duarte Freitas referiu que ia abordar a situação dos jovens na Administração pública, mas no âmbito da outra proposta do Partido Socialista.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) solicitou alguns dados relativos aos últimos quatro anos, no que diz respeito ao número de jovens que, estando ao abrigo dos vários programas incluindo os Estagiar, desistem do programa na respetiva empresa antes do término do prazo do estágio e se essas desistências ocorrem numa fase inicial ou final do programa.



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

O Secretário Regional Duarte Freitas esclareceu que não tinha essas informações presentes, mas que faria chegar os dados a todos os Deputados da Comissão através do Senhor Presidente da Comissão de Política Geral.

O Deputado Vílson Gomes referiu que as medidas de apoio à contratação anunciadas excluem, tal como excluía no passado, as entidades promotoras relacionadas com a Administração Pública Regional, pelo que seria aceitável que o Senhor Secretário respondesse à Comissão se irá haver alguma alteração que possa aceitar a contratação de outras instituições para além daquelas que já estão atualmente contempladas. Afirmou, também, que foram mais de 1.500 os jovens beneficiários dos apoios à contratação que foram agora revogados questionando qual a previsão, até ao final do ano do número de beneficiários nestes novos programas de contratação. O Deputado Vílson Gomes referiu, também, que esta iniciativa legislativa é anterior ao anúncio das medidas do Governo, e o que move o Partido Socialista é a criação de medidas que visem ajudar os jovens na sua entrada no mercado de trabalho. Questionou, ainda, se o Governo Regional irá continuar com os programas ocupacionais e os programas de Estágio.

O Senhor Secretário Duarte Freitas referiu que, os programas de estágios e os programas ocupacionais não são para terminar. No entanto, o Governo pretende introduzir alterações, como por exemplo no Prosa, onde serão introduzidos módulos de formação, de modo que as pessoas possam ganhar outras ferramentas e outras competências para que se possam libertar dos programas ocupacionais. Ninguém deve ficar aprisionado num programa ocupacional para o resto da vida. As pessoas têm que ter condições para, num momento difícil estar num programa ocupacional, mas enquanto lá estão, deverão adquirir as competências necessárias para poderem entrar no mercado de trabalho e concretizar as suas ambições de vida sem serem precários e se possível com vencimentos superiores ao salário mínimo regional. Relativamente ao número de beneficiários, o objetivo do Contratar, até ao final de 2021, é poder abranger 1.700 postos de trabalho. Se serão abrangidos 1.700 postos de trabalho em seis meses isso significará num ano normal, que se espera que seja em 2022, em vez dos 1.500 beneficiários referidos pelo Deputado Vílson Gomes, serão 3.400 postos de trabalho apoiados, isto é, mais do dobro dos postos de trabalho apoiados no ano de 2019. Relativamente às entidades que podem concorrer aos apoios, o Governo Regional estará disponível para abranger outras entidades que, por lapso ou por novas perspetivas de



## **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

mercado, não estejam contempladas nestas medidas de apoio. É evidente que a Administração Pública Regional não pode usufruir do programa Contratar, uma vez que é destinado às entidades privadas.

O Deputado Flávio Soares reforçou a ideia de que o Governo Regional não pretende de forma alguma acabar com os programas ocupacionais e programas de estágio. Os programas de apoio anunciados pelo Governo são a prova provada de que este Governo está disponível para criar condições para combater a precariedade e dar mais garantias aos jovens no que diz respeito à sua formação e empregabilidade. O Deputado Flávio Soares referiu que não podem ser esquecidos os abusos que existiram ao longo dos últimos anos destes mesmos programas e que pouco ou nada foi feito para tentar de certa forma corrigir este aspeto. O PSD apresentou em janeiro de 2020 um projeto de resolução que recomendava ao Governo Regional uma maior da fiscalização, pelo que o Deputado questionou se este Governo Regional pretende intensificar a fiscalização.

O Secretário Regional Duarte Freitas esclareceu que os programas ocupacionais são uma inevitabilidade das pessoas que não conseguem pelas mais diversas razões entrar no mercado de trabalho. Por isso, torna-se imperativo manter os programas ocupacionais, introduzindo, contudo, os módulos de formação que permitirão a aquisição de novas competências. O Governo Regional estará muito atento e irá colaborar proximamente com as entidades com o intuito de fazer cumprir os objetivos dos programas anunciados.

O Deputado Manuel Ramos sugeriu que, no caso das Juntas de Freguesia e Santa Casa da Misericórdia, por exemplo, no que diz respeito ao Prosa, sejam equacionadas medidas, por forma a garantir que os trabalhadores abrangidos por estes programas, por vezes, trabalhadores já com alguma idade possam permanecer nessas instituições, uma vez que, muitas vezes estes trabalhadores têm mais de 60 anos e o seu ingresso no mercado de trabalho é extremamente complicado.

O Senhor Secretário Duarte Freitas agradeceu a intervenção considerando-a pertinente e oportuna.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

**CAPÍTULO V**

**POSIÇÃO DOS PARTIDOS**

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer favorável à presente iniciativa.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer de abstenção à presente iniciativa.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer de abstenção à presente iniciativa.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer de abstenção à presente iniciativa.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer de abstenção à presente iniciativa.

O Grupo Parlamentar do CH, sem direito a voto, não emitiu parecer relativamente à presente iniciativa.

**CAPÍTULO VI**

**CONCLUSÕES E PARECER**

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Permanente de Política Geral deliberou emitir parecer favorável ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – “Medida de apoio ao reforço dos incentivos à contratação de jovens”** com os votos a favor do PS e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PSD, CDS-PP, BE e PPM.

A Comissão considera que a iniciativa em apreço está em condições de subir a plenário para ser discutida.

Santa Maria, 29 de junho de 2021



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**Comissão Especializada Permanente de Política Geral**

**A Relatora**

A handwritten signature in black ink that reads 'Elisa Sousa'.

**Elisa Sousa**

O presente relatório foi aprovado unanimidade.

**O Presidente**

A handwritten signature in black ink that reads 'Bruno Belo'.

**Bruno Belo**